

nos ideais democráticos. Foi vereador à Câmara Municipal em mais de uma legislatura e seu presidente. O seu desaparecimento causou profunda consternação a todos quantos tiveram a honra e o prazer do seu convívio. Justo é, pois, que reverenciemos a sua memória, inserindo na ata dos nossos trabalhos a expressão dos nossos sentimentos pela morte de um autêntico batalhador das causas democráticas.

Sr. Presidente, esse requerimento é também subscrito pelo meu colega deputado Gustavo Martini.

Cutro assunto.

Sr. Presidente e Srs. deputados, sempre com a intenção de colaborar com o magnífico governo de S. Exa., o Professor Carlos Alberto de Carvalho Pinto, disponho-me, nesta Casa, a fazer indicações contendo sugestões de necessidades porventura existentes nas cidades de todo o litoral sul do nosso Estado.

Levando em conta esse propósito é que me disponho, neste ensejo, a sugerir providências a S. Exa. com referência ao que ora vem ocorrendo em Cedro, vila do Município de Juquiá quanto à iluminação elétrica. Cedro, apesar de distar apenas quatro quilômetros do local onde se encontra a termoeletrônica do Vale da Ribeira, ainda não conta com esse melhoramento público.

Talvez a ausência de eletricidade na vila em causa seja motivada por princípios de ordem técnica, que devem, entretanto, ser superados. Por isso me atrevo a sugerir a S. Exa. o Exmo. Sr. Governador do Estado, que com dedicação e carinho tem zelado por toda aquela zona, que se digne adotar as providências cabíveis, objetivando a instalação de luz elétrica em Cedro. Convém salientar que, em matéria de iluminação, aquela localidade ainda usa meios primitivos e precários, tais como vela e lamparina de querosene.

Com essa modalidade de iluminação, logicamente, depois das dezoito horas cessava por completo as atividades de seu comércio, não possibilitando o funcionamento de escolas noturnas; além disso, suas ruas ficam imersas na mais profunda escuridão.

Na verdade, Sr. Governador, uma localidade próxima de usina geradora, com relativo desenvolvimento, sem o benefício da luz elétrica, só se justifica por motivos imperiosos ou de ordem técnica, ou, ainda, por desconhecimento da seção competente auxiliar do governo.

Desejando, portanto, colaborar com o Exmo. Sr. Governador do Estado, e em atenção aos pedidos de moradores daquela vila, apresento a seguinte indicação:

(Lê) "Indico, data vênua, ao Exmo. Sr. Governador do Estado que, em aceitando minha modesta colaboração, se digne determinar providências no sentido de se dotar Cedro, vila do Município de Juquiá, com o benefício da luz elétrica. Avesce, mais, que se encontra aquela vila em local assaz privilegiado a apenas quatro quilômetros de distância da termoeletrônica do Vale da Ribeira. Indico, ainda, que seja enviada a S. Exa. cópia da justificação que fiz à presente proposição."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Orlando Zancaner. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. deputados, Santos, a exemplo de outras grandes cidades tem um grave problema para ser resolvido: o da melhoria dos seus transportes urbanos. O Serviço Municipal de Transportes Coletivos, que substituiu a Cia. City, antiga concessionária do serviço de bondes em nossa cidade, viu-se obrigado a criar linhas de ônibus, ao assumir a responsabilidade dos transportes urbanos municipais. Uma vez que as antigas linhas de bondes não atendiam mais à demanda dos usuários, não somente pelo extraordinário crescimento da cidade, como pelo vertiginoso desenvolvimento de suas atividades de centro convergente de um intenso movimento comercial, industrial e marítimo. A isso tudo deveremos acrescentar, ainda, a imensa afluência de turistas que ocorrem a Santos não apenas nos feriados e fins de semana, mas diariamente. A população normal vem juntar-se uma população flutuante, cuja movimentação exige um sistema viário urbano rápido e econômico.

No intuito de melhorar os seus serviços, o SMTC, há 3 anos, decidiu importar o material necessário à instalação de linhas de troleibus, dadas as suas vantagens, hoje universalmente reconhecidas. Para esse fim foram solicitadas, também há três anos, as indispensáveis autorizações cambiais ao governo federal a fim de ser importado o equipamento para a instalação dessas linhas de troleibus, cujos trabalhos preliminares estão praticamente concluídos. Falta, apenas, a decisão das autoridades federais, liberando o pedido de importação, para Santos contar com uma frota de troleibus prestando inestimáveis serviços à sua laboriosa população.

O Sr. Prefeito Municipal, Dr. Silvio Fernandes Lopes, têm sido incansável, em viagens e solicitações junto à Presidência da República para que saia essa almejada liberação cambial. Ainda há uma semana, S. Exa. esteve em contato com o Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, para reiterar ao primeiro magistrado a necessidade imperiosa dessa licença, cujo processo vem-se arrastando há três anos. O noticiário de imprensa informa que o Sr. Presidente da República prometeu despachar favorável e urgentemente a liberação em causa. Entretanto, a fim de que seja satisfeita ainda mais a importância do pedido formulado pelo operoso prefeito municipal de Santos, redigimos um telegrama para ser enviado ao Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, insistindo com S. Exa. no sentido de que atenda, com a maior urgência, à justa reivindicação do povo santista, consubstanciada na solicitação que lhe foi feita pelo chefe do Executivo de nossa terra.

O telegrama é o seguinte:

(Lê) "Deputados à Assembléia Legislativa de São Paulo apelam a V. Exa. no sentido de ser despachado favoravelmente o pedido de licença para importação de troleibus e equipamentos afins, feito pela Prefeitura Municipal de Santos, para a instalação — cada dia mais imperiosa e indispensável — de linhas de troleibus no maior porto da América do Sul. Referida solicitação foi feita há três anos, motivo pelo qual estamos seguros de que V. Exa., conforme promessa feita há poucos dias ao Dr. Silvio Fernandes Lopes, não deixará de atender a este apelo dos deputados à Assembléia Legislativa do Estado, que reiteram o pedido feito a V. Exa., pessoalmente, pelo digno Prefeito Municipal de Santos. Atenciosas saudações."

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Antônio Moreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. deputados, aproxima-se uma eleição de importância capital para o nosso regime, e dela devem participar todos os cidadãos exprimindo no voto inalienável a sua opinião e a sua vontade.

Membros de uma democracia, o seu dever é não abdicar do exercício de um direito essencial e não deixar que em seu nome outros escolham os homens que, nos postos eletivos, irão conduzir o país.

O valor numérico dos quadros eleitorais do Estado, índice básico de seu civismo, ainda está longe de corresponder aos altos índices de sua economia e de sua cultura. Essa anomalia deve ser corrigida, se queremos dar a voz de São Paulo, na Federação, a amplitude e a significação que ela pode ter — através das urnas. A displicência dos que, tendo todas as qualidades de eleitor, deixam de se alistar, como também dos que, sendo eleitores, deixam de votar, é uma renúncia injustificável: se ela se agravar nunca poderá o Brasil atingir a dignidade e a força das grandes democracias.

O Brasil tem direito de exigir que não se corrompam princípios em nome dos quais se erguem, em movimentos espontâneos e irreprimíveis. Alcançamos um dos grandes ideais: o voto secreto, protegido e garantido pela Justiça. Desmentimos em três eleições o pessimismo dos detratores de nosso povo, servindo-nos com inteligência daquela maravilhosa arma dos povos livres. Preparamo-nos agora para a experiência definitiva, em que se consolidará a ordem constitucional do Brasil.

Confiamos nas urnas e na honorabilidade das nossas Forças Armadas, garantia das nossas instituições democráticas, e não compreendemos e aceitamos o ceticismo dos que, ignorando a evidência de alguma coisa que se transformou nos nossos costumes políticos, pensam que a última palavra será dada por golpes ou movimentos militares, violando a livre manifestação popular das urnas de 3 de outubro próximo.

De nada valerão as atividades dos que, querendo reviver situações já extintas, agitam esses espectros da discórdia e ameaçam o ambiente de ordem necessário para a realização da pugna eleitoral que se avizinha. De nada valerão as intrigas dos que antecipadamente vencidos pelo desprezo popular, procuram convencer o país da instabilidade do nosso regime democrático. A 3 de outubro a Nação certificará nas urnas as provas da vitalidade da nossa democracia e então se dissiparão os temores de que as forças, que contra ela se exercem, possam alterar os seus rumos históricos.

Devem, portanto, todos os brasileiros que vivem em nosso Estado dar à Nação uma demonstração de civismo e respeito às gloriosas tradições democráticas do nosso povo, comparecendo às urnas a 3 de outubro para exercer o seu dever de cidadão e votar no candidato de sua escolha, na certeza de que o preferido pela vontade popular será empossado, sendo a sua vitória reconhecida pelos vencidos e por todos aqueles que não sufragaram o seu nome.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Márcio Telles.

O SR. MÁRCIO TELLES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos, entidade mantida pelos sindicatos de trabalhadores para computar e apreciar os fenômenos econômicos e sociais, bem como destinado a fornecer dados e índices das condições de vida das massas trabalhadoras, a fim de que as reivindicações, baseadas em argumentos científicos, tenham o cunho da verdade, acaba de dar publicidade aos seguintes dados sobre o custo de vida: De janeiro de 1959 a 31 de julho do corrente ano, o custo de vida atingiu à elevação de 65,8%, majoração esta que não deixou impune nenhuma das utilidades indispensáveis; alimentação, habitação, vestuário, saúde, transportes, educação e cultura, recreação, fumo, etc., nada escapou ao ritmo incontrolado da alta de preços.

Estamos de acordo com esses índices, demonstrativos de um trabalho cuidadoso e acurado, pois eles refletem, indiscutivelmente, uma realidade que está vista. Além do mais, Srs. deputados, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho nos informa também que a majoração dos preços, atingindo aqueles setores acima citados, durante o mesmo período, chegou aos 68,48%.

Dois órgãos insuspeitíssimos, um pertencente às entidades sindicais e outro aos quadros do próprio Governo da República, expõem, assim, de maneira crua e realística, a verdadeira situação das dificuldades do povo e dos trabalhadores.

Estas condições estão portanto, exigindo imediata e inadiável revisão em geral, assim como, e principalmente, a revisão do salário mínimo. Não é possível, Srs. deputados, que um cidadão possa subsistir com o nível vigente do salário mínimo. Se no início de 1959, ao ser estabelecido o mínimo de Cr\$ 5.900,00, esta quantia já era insuficiente para um operário manter-se — também à sua família, imaginemos agora, quando o custo de vida se elevou a mais de 65%, em que situação de penúria estará esse mesmo trabalhador com sua família? Mas, pelo que estamos observando, nos parece inexistir qualquer iniciativa no sentido de minorar essa terrível emergência dos que trabalham. Isto porque, até agora, não foram nomeados os membros que constituirão a comissão de salário mínimo e, muito menos, o Ministério do Trabalho, tomou qualquer iniciativa junto às classes patronais com o sentido da revisão indicada. A vida, entretanto, não está esperando ou aguardando as iniciativas governamentais, pois o custo de vida continua insofreável, angustiando o poder de compra dos trabalhadores.

Tudo sobe de preços e o desespero mora na maioria absoluta dos lares operários, sem que o Poder Central se comova com a situação.

O salário mínimo precisa ser revisto imediatamente. Nenhuma desculpa poderá protelá-lo por mais tempo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Araclete Campanella. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jacob Zveibil.

O SR. JACOB ZVEIBIL (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. deputados, os graves problemas que entravam o desenvolvimento da produção agrícola nacional não se fazem sentir apenas no setor das colheitas destinadas ao abastecimento interno, mas, em grande parte, no grupo de produtos voltados principalmente para os mercados estrangeiros, não obstante as safras cafeeiras terem alcançado níveis invulgarmente altos nos últimos tempos.

Uma série de produtos, importantes fornecedores de divisas ao país — algodão, sisal, mamona, cêra de carnaúba — vem mostrando volumes de safras decrescentes.

Para muitos essa conjuntura se origina no fato de o mercado internacional dos produtos primários ter-se apresentado desfavorável aos países exportadores desse bens, não permitindo, assim, estímulos ao desenvolvimento de suas safras.

Não resta dúvida que se tem verificado queda nas cotações dos produtos de base nos mercados internacionais e, em consequência, a relação de trocas das áreas subdesenvolvidas com os países industrializados deteriorou-se nos últimos tempos.

Mas, parece que somente esse fenômeno não é suficiente para justificar o desinteresse que se vem notando no setor agrícola brasileiro produtor de bens que compõem a nossa tradicional pauta de exportação.

Embora no ano passado a recessão econômica mundial tenha dado origem a uma queda generalizada das exportações dos países produtores de matérias-primas e gêneros alimentícios no longo prazo, as áreas que se dedicam à produção desses bens não têm diminuídos os contingentes de suas safras, notando-se mesmo tendência inversa de comportamento, pois as estatísticas mundiais, "grosso modo", acusam sensíveis incrementos das quantidades produzidas e exportadas no decorrer desses 10 anos.

O fenômeno apresenta-se com características de persistente declínio de colheitas somente no Brasil, o que nos leva a acreditar que não têm sido os motivos provenientes do mercado internacional a causa principal dessa fraca conjuntura de produção, mas sobretudo razões de natureza interna altamente desestimulantes do processo produtivo.

Em nosso país o que tem acontecido principalmente é uma má política no que respeita à produção rural.

De fato, esse setor de nossas atividades produtivas não tem recebido a assistência que bem merece como importantíssima fonte para o financiamento dos investimentos urbanos. Além disso, o sistema cambial prevalecendo desde meados de 1940 tem favorecido consideravelmente o desvio de recursos próprios da agricultura para as atividades industriais. Não vamos discutir os méritos e os deméritos dessa política, pois o assunto envolve considerações as mais extensas.

Contudo, queremos salientar que tal comportamento de nosso sistema cambial, sem ter sido acompanhado de medidas outras voltadas para o fomento agrícola, acarretou sérios obstáculos ao desenvolvimento da produção campestre.

O total das transferências de renda, implícitas na fixação de taxas de câmbio irreais, para exportações e importações alcançou no período de 1947-58 o total de aproximadamente 629 bilhões de cruzeiros a preços de 1958, representando uma parcela de 50 bilhões de cruzeiros anuais.

Como é evidente, essa orientação cambial acarretou necessariamente uma transferência de renda do setor das exportações, preponderantemente agrícola, para o das importações essencialmente industriais.

Isso só se tornou possível face à manutenção de taxas irreais de câmbio, situação que vem exclusivamente beneficiando os importadores, pois são estes os que mais se integram no processo de industrialização defendido pela política desenvolvimentista que vimos praticando.

A agricultura brasileira, nesse conjunto do comportamento econômico, foi e continua sendo a atividade mais praticada.

A política de preços resultante do sistema cambial não evoluiu na mesma proporção da registrada em outras atividades, notadamente a industrial. Os agricultores que produzem para os mercados externos não puderam reajustar os seus preços em cruzeiros aos níveis da elevação de custos gerais da economia.

Assim, o que se presenciou foi uma real depreciação de sua remuneração e consequentemente desinteresse pela produção. É este um dos aspectos desequilibrantes de nossa economia que precisa ser corrigido sem demora, desde que queiramos de fato estimular as exportações e aumentar a capacidade de importar de países.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Walter Menk. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira. — (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo.

O SR. BENEDITO MATARAZZO — (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. deputados, tentando a concretização de velho sonho e projeto, entrego nesta data à douta Mesa desta Casa, moção dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da República, apelando ao mesmo providencie junto ao Ministério da Viação estudos finais e início imediato da ligação ferroviária entre São José dos Campos e Pôrto de São Sebastião.

Sabe-se, Sr. Presidente e Srs. deputados, que o tracado existente foi fruto de estudos conclusivos sobre o assunto e que apontando aquela ferrovia como viável, basearam-se em fatores objetivos e inconteste.

Um dos principais argumentos que nos leva a pleitear que parta de São José dos Campos aquele ramal ferroviário, diz respeito ao fato de ser essa cidade situada em posição convergente e favorável, entre Rio e São Paulo e passagem obrigatória de tudo que provém do Sul de Minas, pelas cidades de Paraisópolis, Sapucaia Mirim.

Poderia mesmo, Sr. Presidente, ser São Sebastião o pórtio de mar natural do Estado de Minas Gerais e daí a justificativa primordial de ter a futura estrada de ferro seu início em São José dos Campos.

Situada assim, em posição geográfica invejável, em condições estratégicas apreciáveis como nenhuma outra cidade do Vale do Paraíba, ligada já ao pórtio de São Sebastião por excelente rodovia asfaltada, a cidade de São José dos Campos reúne todos os requisitos técnicos e imprescindíveis àquela ligação ferroviária.

Minas Gerais, lutando por um pórtio de mar, teria nessa estrada de ferro seu escaudo natural e um fator de vital importância econômica para si.